

Brasil

Continuam a ocorrer abusos significativos dos direitos humanos no Brasil. Os defensores dos direitos humanos sofrem ameaças e ataques; a polícia é frequentemente abusiva e corrupta; as condições das prisões são aterradoras, e a violência rural e os conflitos de terras continuam. Apesar do governo brasileiro ter feito esforços para reparar os abusos aos direitos humanos, poucas vezes se conseguiu levar à justiça os responsáveis pelas violações.

Violência Policial

O intratável problema da violência policial e dos esquadrões da morte do Brasil atingiu um auge horrível na madrugada de 31 de março de 2005, quando homens armados executaram 25 pessoas, entre elas mulheres e crianças, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Apenas uma pessoa escapou. A Baixada Fluminense, área onde ocorreram os assassinatos, é conhecida por seus elevados índices de homicídios e pelos esquadrões da morte ligados à polícia militar. Devido aos protestos em massa feitos por grupos brasileiros de defesa dos direitos humanos e ao clamor público no mundo inteiro, houve uma cooperação sem precedentes entre as autoridades estaduais e federais que levou à prisão de 11 policiais que estão sob custódia da polícia à espera de julgamento.

As autoridades acreditam que o massacre da Baixada foi cometido em retaliação à detenção de nove policiais acusados de matar duas pessoas e deixar seus corpos atrás de um posto policial em Duque de Caxias, na região da Baixada. Os policiais, cujos atos foram filmados, decapitaram um dos corpos e lançaram a cabeça dentro do posto policial. Em setembro de 2005, grupos de defesa de direitos exigiram do governo do Estado do Rio de Janeiro que adotasse um programa permanente para reduzir o número de mortes de civis em operações policiais. Muitas mortes continuam a ser registradas por motivo de “resistência à prisão”, categoria esta muito criticada e frequentemente usada para encobrir execuções sumárias.

A violência policial é um dos problemas de direitos humanos mais sistêmicos, difundidos e duradouros no Brasil, afetando desproporcionalmente as populações mais pobres e vulneráveis do país. Na maior parte das vezes, os casos de abuso da polícia terminam impunes.

Esquadrões da Morte

O Secretário de Segurança Pública do Ceará foi afastado em junho de 2005, depois de constatado que policiais militares sob seu comando estavam envolvidos com esquadrões da morte atuando ilegalmente como guardas de segurança privada. Doze pessoas foram acusadas de participar neste grupo criminoso, seis foram detidas em agosto e estão esperando julgamento.

Condições de Detenção

As condições desumanas e a violência, corrupção e superlotação que historicamente têm caracterizado as prisões brasileiras continuam a ser um dos principais problemas de direitos humanos do país. Todas as fontes governamentais e não governamentais de informação, tanto nacionais como internacionais, concordam que as prisões e outras unidades de detenção mantêm os presos em condições escandalosamente abusivas.

As crianças e adolescentes confinados nas unidades de detenção de jovens no Brasil enfrentam condições semelhantes. A superlotação extrema é endêmica nessas instalações. Em alguns casos, como o da unidade de detenção Padre Severino do Rio de Janeiro, as instalações funcionam com o dobro da capacidade para a qual foram projetadas. A falta de pessoal também cria sérias ameaças à segurança dos detidos e do pessoal. Em março de 2005, a falta de roupa de cama adequada e escassez de alimentos, bem como a falta de oportunidades para recreação e reabilitação, levaram a uma série de tumultos e fugas em unidades de detenção de São Paulo.

Violência no Campo e Conflitos de Terras

A população indígena e os trabalhadores sem terras sofrem discriminação, ameaças, ataques violentos e assassinatos como resultado de conflitos sobre a posse de terras em áreas rurais. De acordo com um relatório da Comissão Pastoral da Terra, 28 pessoas morreram em conflitos rurais no período de janeiro a agosto de 2005. As autoridades contribuem para a continuidade destes atos de violência ao não intervir para garantir a segurança das pessoas nessas situações e não punir os responsáveis pelos ataques.

Em 16 de fevereiro de 2005, no estado de Goiás, duas pessoas foram mortas e dezenas de outras feridas numa operação policial para retirar cerca de 3.000 famílias que ocupavam uma propriedade de 130 hectares próxima a uma área de apartamentos de luxo. Apesar de terem sido tomadas precauções para evitar a violência, as autoridades estaduais reconheceram mais tarde que a polícia demonstrou falta de moderação adequada à operação.

Impunidade

A impunidade é regra no Brasil, onde poucos crimes contra os direitos humanos são efetivamente investigados e julgados. Em dezembro de 2004, em um esforço para remediar este problema evidente, o governo brasileiro conseguiu aprovar uma emenda constitucional tornando crimes federais as violações dos direitos humanos, mudança esta que organizações internacionais tais como a Human Rights Watch vinham recomendando há anos. A emenda permite que a investigação e julgamento de certas violações dos direitos humanos sejam transferidas da justiça estadual à justiça federal. A autoridade para determinar estas transferências é do Superior Tribunal de Justiça, em resposta a solicitações do Procurador Geral da República.

Um outro passo positivo foi o esforço do governo federal para abrir os arquivos militares ao público, montando um centro de referência sobre a repressão política ocorrida durante o governo militar do Brasil, o qual conterà documentos, filmes e testemunhos das vítimas sobre aquele período.

Em agosto de 2005, a Corte Suprema do país aprovou a libertação pré-julgamento de Norberto Mânica, acusado de ordenar, em janeiro de 2004, a execução de três agentes (e seu motorista) que investigavam condições de trabalho escravo na cidade de Unaí, Minas Gerais. Nenhum dos quatro homens acusados do crime foram punidos até agora. Em outra sentença que gerou controvérsias, a Corte Suprema ordenou em setembro a libertação do Coronel Mário Pantoja após o pagamento de uma fiança. Pantoja havia sido condenado a 228 anos de prisão como um dos responsáveis pela morte, em 1996, de 19 trabalhadores rurais no caso Eldorado de Carajás, mas beneficiou-se de um pedido de novo julgamento, o qual ainda está pendente.

Defensores dos Direitos Humanos

Os defensores dos direitos humanos enfrentam ameaças, intimidação e ataques físicos. Apesar do governo ter lançado o Programa Nacional de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos em outubro de 2004, esse programa não conseguiu ainda proteger aqueles que têm a coragem de tomar o partido das vítimas dos abusos dos direitos humanos.

Em 12 de fevereiro de 2005, a freira Dorothy Stang, missionária norte-americana e ativista de 74 anos de idade, foi assassinada quando se dirigia a uma reunião na cidade de Anapu, estado do Pará, depois de trabalhar na região por mais de 20 anos. Apenas uma semana antes de ser assassinada, ela tinha se reunido com autoridades federais e estaduais, inclusive membros da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, para discutir ameaças de morte contra trabalhadores rurais.

Em outro caso de destaque, o padre Paulo Henrique Machado, que teve um papel ativo na mobilização das famílias das vítimas do massacre da Baixada, foi assassinado a tiros em 25 de julho de 2005, em Nova Iguaçu, na região metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar do Programa Federal de Proteção de Vítimas e Testemunhas (Provita) ter sido implantado na área da Baixada após o massacre, o assassinato do padre Machado foi entendido como parte de um esforço para impedir a realização de trabalhos relacionados aos direitos humanos após a ocorrência.

Adamor Guedes, presidente da Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Transgêneros, foi morto a facadas em sua casa em 28 de agosto. Guedes era um reconhecido defensor dos direitos humanos dos homossexuais.

Ações Internacionais Importantes

A União Européia repassou 6,5 milhões de euros ao Programa de Apoio a Ouvidorias Policiais e Policiamento Comunitário do Brasil. O objetivo do programa é garantir que as forças policiais do Brasil respeitem os direitos humanos e encontrem métodos menos violentos para combater o crime.

Em maio de 2005, o Brasil decidiu recusar US\$40 milhões de fundos dos EUA para a luta global contra a AIDS, devido à exigência de que os países recipientes condenassem a prostituição. Com o apoio de grupos de saúde pública e direitos humanos, as autoridades brasileiras insistiram que as políticas anti-prostituição invalidam os esforços para conter a disseminação do HIV.

Em março de 2005, em um relatório oficial, o Relator Especial da ONU sobre Independência de Juízes e Advogados criticou duramente o Brasil devido à falta de acesso à justiça, nepotismo e discriminação com base em gênero e etnia, entre outros problemas. Hina Jilani, a Representante Especial da ONU para os Defensores dos Direitos Humanos visitou o Brasil em dezembro.

No início de 2005, os primeiros dois processos contra o Brasil já tinham sido enviados ao Tribunal Inter-Americano de Direitos Humanos. O primeiro se relaciona a Damião Ximenes Lopes, jovem paciente psiquiátrico torturado até a morte quando se encontrava sob a custódia do estado em 1999, e o segundo refere-se a Gilson Nogueira de Carvalho, advogado de direitos humanos do Rio Grande do Norte, que foi assassinado por um esquadrão da morte em 1996.